

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.877 - CE (2019/0152375-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO DE ASSIS QUEIROZ PADILHA  
**ADVOGADOS** : RUI BARROS LEAL FARIAS - CE016411  
GLAUBER ISAIAS PINHEIRO DANTAS - CE033041  
**AGRAVADO** : MUNICIPIO DE FORTALEZA  
**PROCURADOR** : ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -  
CE007088

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PISO SALARIAL. COISA JULGADA TRABALHISTA. ALTERAÇÃO DO REGIME JURÍDICO PARA ESTATUTÁRIO. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO DECORRENTE DA SENTENÇA TRABALHISTA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS ALUDIDOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por Francisco de Assis Queiroz Padilha em desfavor do Município de Fortaleza, objetivando o reajustamento de seus vencimentos segundo a variação do salário-mínimo nacional, correspondente ao piso de 8,5 salários-mínimos, em cumprimento à decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, nos autos da Reclamação Trabalhista 00169-1988-004-07-00-8, com o pagamento de diferenças entre a data na qual o reajuste passou a ser devido e a data em que for ele restabelecido. O acórdão recorrido rejeitou a pretensão, ao fundamento de que "o contexto fático e jurídico quando do ajuizamento da reclamação trabalhista pelo recorrente é diverso do atual, não cabendo, assim, invocar os efeitos do acordo em relação ao teto pleiteado, por albergar situação jurídica nova, criada com a transposição do agravante do regime celetista para o estatutário. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou no sentido de que o servidor público celetista transposto para regime estatutário não possui direito adquirido às diferenças remuneratórias decorrentes de sentença trabalhista, tendo em vista a mudança de regime". Tais fundamentos, porém, não foram impugnados, nas razões do Recurso Especial, incidindo, no caso, o óbice da Súmula 283/STF.

III. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes para a sua manutenção, em face da incidência

# *Superior Tribunal de Justiça*

da Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), tal como ocorreu, **in casu**.

IV. Agravo interno desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora